

**Memória da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR – 13/08/2020**

1  
2  
3 No décimo terceiro dia do mês de agosto de 2020 às 14h deu-se início a reunião on-line do Comitê Intersetorial de  
4 Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná – CIAMP  
5 Rua/PR. Fizeram-se presentes: **Governamental Titulares:** Dulce Maria Darolt – SEJUF/DEDIF/CPPOPRUA;  
6 Patricia Cavichiolo Tortato – SEJUF/DAS/DSE; Lucimar Pasin de Godoy – SESA/DAV; Eliana de Fátima e Silva  
7 Vieira – SEED/DEDIH. **Governamental Suplentes:** Amélia Cabral Alessi – SEJUF/DEDIF; Rosane Freitas –  
8 SESA; **Sociedade Civil Titulares:** Julia Mezzaroba Caetano Ferreira – CRP/PR; Vanessa de Souza Lima Dalberto –  
9 INRUA; **Sociedade Civil Suplente:** ninguém; **Convidados Especializados:** Julio Salen – DPPR/NUCIDH; Taisa da  
10 Motta Oliveira -DPPR/NUCIDH; Julia Stefania Beserril Miranda – OAB/PR; Keity F. da Cruz – MPPR; **Outros**  
11 **convidados:** Tamires Rosa de Jesus Costa – Residente Técnica SEJUF/DAS/CSE. Houve justificativa de ausência do  
12 Ten-Coronel Micrute por motivos de trabalho. **1. Abertura:** Sra. Dulce (coordenadora do CIAMPRua/PR)  
13 cumprimenta a todos dando as boas vindas, iniciando a Reunião Plenária do CIAMP Rua/PR. **2. Aprovação da**  
14 **Pauta de agosto:** Dulce pergunta se concordam e com 1(uma) inclusão de pauta, logo no início das discussões, no  
15 ponto 4, que seria: “Possível Captação Financeira para o Projeto Moradia Primeiro, junto ao MMFDH – **Aprovada a**  
16 **Pauta com a inclusão.** **3. Aprovação da Memória de julho: Aprovada.** **4. Inclusão de Pauta: Possível captação**  
17 **financeira para o Projeto Moradia Primeiro.** Antes de iniciar a apresentação da pauta, a Sra. Keity pergunta sobre  
18 os membros que não estão participando das reuniões online, como ficam? Hoje faltaram SESP, MNPR, Casa da  
19 Acolhida e Pastoral do Povo da Rua; Dulce informa que a SESP só faltou hoje, que o MNPR também só faltou hoje.  
20 Entretanto vimos que a Pastoral do Povo da Rua e a Casa da Acolhida deverão ser notificadas por envio de email às  
21 instituições faltantes, informando a situação, solicitando que cada instituição confirme seus representantes,  
22 informando das faltas consecutivas dos mesmos. Quanto aqueles que não conseguem ficar totalmente conectados, a  
23 contagem é realizada com aqueles que respondem a chamada quando ao início da reunião plenária, onde cada  
24 membro tem a obrigação de se apresentar e se identificar. Voltando à inclusão de Pauta, a Sra. Dulce que é  
25 coordenadora do CIAMPRua/PR e da Política Estadual da População em Situação de Rua, informa que o Sr. Carlos  
26 Ricardo – Coordenador – Geral da Política Nacional da População em Situação de Rua solicitou reunião com o  
27 Paraná para conversar sobre a possibilidade de financiamento ao Projeto Moradia Primeiro – internacionalmente  
28 conhecida com Housing First. Esta Reunião aconteceu via online no dia 11/05/2020, com Paulo Sergio Sena - Chefe  
29 do DEDIF/SEJUF; Dulce Darolt - Coordenadora Política Estadual para População em Situação de Rua e  
30 Coordenadora do CIAMP Rua Estadual, DEDIF/SEJUF; Ana Raggio – DH/DEDIF/SEJUF; Tomás Melo - InRua;  
31 Leonildo J. M. Filho - MNPR e InRua; Eliane Beliato - Casa de Acolhida São José; Padre Danilo - Coordenador da  
32 Dimensão Social da Arquidiocese de Curitiba; Carlos Ricardo - Coordenador-Geral dos Direitos das Populações em  
33 Situação de Risco do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Coordenador do CIAMP-Rua  
34 Nacional; Francisco Nascimento - Coordenador dos Direitos das Populações em Situação de Risco do Ministério da  
35 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Durante esta reunião Carlos Ricardo apontou que o objetivo da reunião  
36 é dialogar sobre o uso de uma emenda parlamentar para implementação de projeto com a metodologia Moradia  
37 Primeiro, uma metodologia amplamente difundida no mundo e reconhecida como efetiva. Traz que o valor da  
38 emenda é de 300 mil reais; explanou que o "housing first" começou nos anos 90, com um público com dependência  
39 química e transtorno mental em situação de rua. Depois de diversas formas de intervenção, buscou-se fornecer uma  
40 moradia própria. De 80 a 90% das pessoas permanecem em suas moradias, com autonomia e redução de custos para  
41 o poder público, após 2 anos no projeto. O fornecimento de outros serviços públicos vem em conjunto. Ressaltou que  
42 o CIAMPRua Nacional aprovou que a moradia é a política prioritária, por meio da metodologia "housing first".  
43 EUA, Brasil, Chile, Uruguai e países da Europa possuem esse projeto. No Brasil, apenas Curitiba e Porto Alegre  
44 executam, havendo notícia do início da implementação em mais duas cidades. O projeto de Curitiba foi reconhecido  
45 como o modelo com melhor aplicação da metodologia. Pondera que em Porto Alegre o projeto é maior, mas não  
46 utiliza por completo a metodologia. Por estes motivos surgiu a ideia de investir no que vem sendo executado em  
47 Curitiba, visando investir em um projeto para ser referência nacional. Coloca que se trata de verba de Emenda  
48 Parlamentar de bancada no total de 300 mil reais, sendo 100 mil para custeio e 200 mil para investimento e que deve  
49 ser executada por parceria com município, estado ou universidade, visto que um processo de direcionamento da  
50 verba para sociedade civil demoraria ao menos 3 meses. Traz previsão de em agosto ou setembro disponibilizar a  
51 verba para o Estado. Para tanto, até o fim deste mês, início de junho, o plano de trabalho precisaria estar aprovado  
52 por meio do SICONV. Expõe que é possível eventual complementação de verba por meio da Política Nacional de  
53 Assistência, assim como pela Saúde, podendo ter uma disponibilização possível em torno de 500.000,00. Sra. Dulce



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU  
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC

Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua

54 explica que após esta reunião, a Sra. Ana Raggio começou desenvolver o Projeto de Captação Financeira junto ao  
55 Governo Federal, com objetivo em financiar o Projeto Moradia Primeiro, auxiliada pelas informações do Carlos  
56 Ricardo do MMFDH e do INRUA (Tomás), mas infelizmente ela não conseguiu terminar o projeto, alegando já estar  
57 com atribuições em demasia e estar sobrecarregada. A situação foi levada ao conhecimento do Dr. Sena, para decidir  
58 os próximos passos. Sra. Keity pergunta se existe a possibilidade de passar para a COHAPAR e trabalhar em  
59 conjunto com a proposta para o INRUA. Sra. Dulce fala que vai depender do que a SEJUF decidir. Sra. Patrícia  
60 Pergunta se é verba Federal. Dulce confirma que a verba vem do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos,  
61 direcionada para o POP RUA Moradia Primeiro. Sra. Patrícia pergunta se isso é suficiente. Sra. Vanessa responde  
62 que já existem aquelas cinco moradias com a Parceria da Arquidiocese e INRUA. Com estas duas verbas Federal  
63 daria para umas 20 pessoas, para 2 anos. Sra. Taisa parabeniza o INRUA. Sra. Dulce explica que a primeira verba de  
64 300.000,00, seria 200.000,00 seriam para imóvel ou carro e que sobraria 100,000 para aluguel, e os outros  
65 500.000,00 seria desenvolvido com meta para 2 anos para 12 imóveis. Ressalta, entretanto que dependem da  
66 finalização ao Projeto, lembrando que a Sra. Ana Raggio não pode dar continuidade e o Dr. Paulo Sena ainda não se  
67 pronunciou. A Sra. Vanessa argumenta sobre qual parte que falta, pois as informações que eram da responsabilidade  
68 do INRUA, está finalizado. Sra. Keity pergunta se proposta do MMFDH seria só para o Paraná? Sra. Dulce informa  
69 que a escolha do Ministério pelo Paraná foi pelo Projeto do INRUA possui a expertise e estar mais completo dentro  
70 da ideia projetada pelos demais países que implementaram o housing first; e também escolheram passar primeiro  
71 para o Estado, com direção da SEJUF, que abriga a Política de estado da População em Situação de Rua. Na  
72 continuidade talvez tenha que ser feito uma chamada pública. Dulce informa que já abriu Protocolo pela  
73 Coordenação da Política da População de Rua, solicitando autorização à SEJUF, para fazer a captação financeira  
74 junto ao MMFDH. O Protocolo passará pelos departamentos que o Diretor Geral entender necessário, para poder  
75 autorizar ou não a solicitação. Finalizando a explicação, e não havendo mais dúvidas dos membros, Dulce pergunta  
76 se todos estão de acordo? Faz a pergunta novamente se podemos continuar com projeto direcionando a Moradia  
77 Primeiro. Todos aprovaram e a Dulce pergunta se a Lucimar (SESA) estava ouvindo, já que ela estava com problema  
78 de sinal, ela confirmou escrevendo no chat que aprovava. **Premissa de captação financeira, Aprovada.** Sr. Julio  
79 Salen (DPPR/NUCIDH) solicita a palavra, e informa que queria saber como os órgãos municipais atuam nessa  
80 temática? Explica que está chegando agora e quer saber como é a relação dos órgãos do município com os estaduais.  
81 Dulce explica que o CIAMP Curitiba tem acesso ao Estadual e Vice -Versa. Conta que quanto as reuniões eram  
82 presenciais sempre havia presenças dos representantes de Curitiba. **5. A Pauta do Dia Nacional da Luta População**  
83 **de Rua dia 19 de agosto.** Dulce lembra ao Comitê que todos os anos, foi criado um flyer para simbolizar esta data, e  
84 que pediu sugestões para o flyer mas não recebeu nenhuma resposta do Comitê. Entretanto mesmo não havendo  
85 resposta por parte do Comitê, ela como Coordenadora da Política, achou por bem continuar com a ideia, e enviou  
86 para o Setor de Comunicação e Criação da SEJUF, solicitando a criação do Flyer para este ano, e enviou os dois  
87 modelos para os grupos, para conhecerem e se posicionarem. Indaga se alguém não recebeu. Julia (OAB) disse que  
88 gostou mais daquele com os pés da pessoa em situação de rua. Vanessa falou que a imagem ficou muito boa, e  
89 perguntou se poderia enviar mais imagens, e também sugerir algumas palavras de ordem, atuais durante a pandemia,  
90 por exemplo a necessidade de água potável, a necessidade de banheiros públicos para higienização e saúde, a  
91 necessidade da garantia alimentação diária de três refeições, e a habitação. Dulce solicitou para a Vanessa se ela  
92 poderia construir uma frase que contextualizasse estas premissas. Vanessa ficou de pensar em uma frase, e enviaria  
93 até o dia seguinte para a Dulce. **Aprovado pelo Comitê o flyer com a imagem dos pés do morador de rua com**  
94 **frase dentro das premissas informadas pela Vanessa.** Depois de pronto será enviado para todos os grupos, e cada  
95 membro fará também as suas postagens sociais do material, tanto do flyer como da matéria jornalística da SEJUF. **6.**  
96 **Eleição da Sociedade Civil para o Comitê, gestão 2021/2022** – a Sra. Dulce lembra ao Comitê, que neste segundo  
97 semestre, o Comitê terá que realizar as eleições para a gestão 2021/2022 para os membros da sociedade civil. Como  
98 o Comitê há muito se expressa, que gostaria de ter representantes de instituições do interior do Estado, Dulce disse  
99 que teve uma ideia em como poderia ser viabilizada esta questão. Para viabilizar esta ideia, já realizou uma reunião  
100 com o Leonildo do MNPR e com o Tomás do IINRUA conversou com o Diretor e o Leonildo e o Thomás e ambos  
101 depois de ouvirem concordaram. Dulce relata que a ideia vem do contexto da pandemia, onde quase todos foram  
102 forçados a se adequarem com reuniões on-line. O Comitê não tendo orçamento previsto para viagem dos membros,  
103 sempre se conteve com a ideia da interiorização. Entretanto abre-se nova possibilidade, onde poderemos construir um  
104 Edital de Eleições do Comitê, onde podemos contemplar a interiorização, desde que seja estabelecido no próprio

Casa Rosada

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1251

Fone: (41) 3221-7960 / 3221-7961 – CEP [80050-540](https://www.google.com/maps/place/80050-540) – Curitiba/PR

105 Edital, que os representantes do interior, participariam das reuniões do Comitê, somente da forma on-line. Dulce  
106 informa que já verificou na legislação do CIAMPRua/PR e nada impede. Já conversou com a Diretoria do  
107 DEDIF/SEJUF, que também não se opõem. Então agora trouxe o assunto ao Pleno do Comitê para que delibere se  
108 aceitam a proposta. Dulce continua detalhando, que pensa que o processo todo poderia ser feito com a parceria dos  
109 Escritórios Regionais da SEJUF, talvez designando duas vagas para o interior do paraná e duas vagas para Curitiba e  
110 Região Metropolitana, onde tem maior índice de pessoas em situação de rua. Dulce ainda propõe, que a Comissão de  
111 Eleição historicamente sempre foi composta pela SEJUF, MP e MNPR; Dulce propõe, que desta vez poderíamos  
112 ampliar a Comissão de Eleição, incluindo outros atores, por exemplo, a Defensoria Pública, e quem sabe a OAB.  
113 Dulce informa que conversou com a Juliana Muller, coordenadora NAC/SEJUF, para alinhar qual a melhor forma de  
114 fazer, já que ela tem acompanhado outros Conselhos maiores que tem a prática da interiorização nas eleições, os  
115 quais foram divididas em macrorregiões, o CEAS dividiu em 5 macros e para o CEDI foi dividido em 11 macros,  
116 determinando quantas vagas caberiam para cada macro. Que temos acesso a lista das ONGs e OSCs de todo o Paraná  
117 que atendem as pessoas em situação de rua, e poderemos avisar a todas, para sermos transparentes e justos. Continua  
118 a fala, agradecendo e parabenizando aos Escritórios Regionais/SEJUF, pois mesmo em meio a pandemia, fizeram a  
119 intermediação entre o Estado e os Prefeitos, sensibilizando-os para enviarem as respostas ao Comitê. Patrícia fala  
120 que é importante esse retorno aos Escritórios Regionais pois eles é que ficam na ponta. Sra. Vanessa acha muito  
121 importante essa visão do Paraná, que o Comitê terá com o Relatório COVID 19 POPRUA, para ter conhecimento de  
122 como estão acontecendo os atendimentos no interior. Retomando a palavra Dulce fala que para as eleições, também  
123 deveremos contar com os Escritórios Regionais para nos ajudar. A Comissão de Eleição fará reunião online, para  
124 construir o Edital e também para conversar e combinar com os Escritórios. No interior, o MP e a DP daquelas  
125 comarcas também poderão ajudar. Até o final desse ano deveremos já ter completado toda a tramitação e eleito os  
126 representantes das 4 (quatro) vagas da sociedade civil. Quanto a eleição das entidades civis a Srta Julia diz que a  
127 OAB entra como entidade civil. Dulce pergunta se pode compor a comissão com SEJUF, MP, MNPR, DPPR, além  
128 disso, comenta que, fora a SEJUF, a ALEP é fiscalizadora, assim como os demais órgãos indicados. Srta. Keity  
129 fala que a comissão é quem tem a responsabilidade em fazer o edital, e também analisar a documentação para ver se  
130 a entidade está apta para participar do processo eleitoral. Dulce pergunta a todos se aprovam a interiorização na  
131 próxima eleição do Comitê? Todos concordam. Pergunta também para a Eliana da SEED e a Lucimar da SESA se  
132 também concordam, pois não estavam nas telas. Elas também aprovaram. **Pauta da Interiorização Aprovada.** Sra.  
133 Dulce enviará cópia do edital do CEAS e do Cedi para a Comissão de Eleição, para esclarecer como foram feitos  
134 aqueles editais, lembrando que temos 4 vagas. Marcarão uma data para reunir a comissão. Mudando de assunto,  
135 Vanessa solicita a palavra, informando que durante a pandemia, de março a julho foram recolhidas 101 pessoas para  
136 sua proteção. Fazem e distribuem alimentação para a população de rua, estão lutando para que a prefeitura reabra os  
137 banheiros públicos. E que o almoço custava no restaurante popular R\$3,00 e o banho R\$2,00, mas que estão  
138 fechados. Dulce informa que conforme tem feito a compilação das informações dos municípios, quase todos falam  
139 que fornecem alimentação, roupa, abrigo. Comentou que alguns municípios dizem que não tem PSR e quando  
140 aparecem, encaminham para outro município de referência. Em alguns abriram acolhimento emergencial com a  
141 verba federal, de auxílio emergencial, outros encaminham para hotéis, hospedarias ou escolas. Quase a totalidade  
142 oferece alimentação e máscara. Sra. Vanessa Mãos Invisíveis, disse que o atendimento é muito falho. Que não tem  
143 respaldo. Que somente Foz do Iguaçu e Londrina tem mesmo um ótimo trabalho com a PSR, os outros dizem, mas  
144 não fazem. **7. Informes da Gestão** - 1. Dulce, informa que o Documento – Diretrizes COVID 19 POPRUA -  
145 construído e aprovado pelo CIAMPRua/PR, conforme decidido na reunião anterior, foi enviado para os 399  
146 municípios do Estado, em parceria com os Escritórios Regionais da SEJUF. Foi encaminhado junto com ofício aos  
147 prefeitos, orientando-os quanto as sugestões das diretrizes. 2. Quanto a questão protocolado de Cascavel, cuja  
148 orientação para o comitê era fazer demanda intersectorial, o ofício circular construído, foi enviado para todos os  
149 prefeitos da Regional de Cascavel, para que cada um informe o que está sendo feito para as pessoas em situação de  
150 rua na intersectorialidade. Dulce pergunta se o Comitê deseja que os Ofícios “CIAMP na Intersectorialidade” seja  
151 enviado também aos órgãos Estaduais? E para quais órgãos do Estado, o Comitê decide encaminhar o ofício da  
152 intersectorialidade? O Comitê propõe que sejam enviados para: a) Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP;  
153 b) Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED; c) Secretaria de Estado da Saúde – SESA; d) Companhia  
154 da Habitação do Paraná – COHAPAR; e) Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento – SEAB; f)  
155 Defensoria Pública do Paraná – DPPR; g) Ministério Público do Paraná – MPDHPR; h) Secretaria de Estado do  
156 Planejamento e Projetos Estruturantes – SEIL; e Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF >  
157 enviar para a área do trabalho; (quanto ao DAS no protocolo de Cascavel já informaram tudo o que fazem, então para



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU  
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC

Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua

158 este setor não será necessário / quanto ao DEDIF é o que coordena a política e também não é necessário). Entendido  
159 e **APROVADO**. 3. Questão da resposta de Curitiba, que foi solicitado para Escritório Regional retomar a solicitação  
160 por ser o maior município, chegou e foi diretamente para o Secretário e depois enviaram à POPRUA; Curitiba só  
161 mencionou ao período de Pandemia; Dulce salvou as respostas como resposta ao ofício do CIAMP. Dulce irá  
162 compilar, pois nesse ofício eles informam que fornecem todo o atendimento por 24 horas, alimentação, higiene,  
163 abrigo. Informa que chegou também resposta de São José dos Pinhais. Dulce comenta que necessita de uma residente  
164 técnica para auxiliá-la. Comentam que tem poucas residentes técnicas para tantas políticas. 4. Dulce fala das diversas  
165 demandas que tem chegado ao seu setor, e que lhe toma muito tempo. São Protocolos de instituições e órgãos com  
166 demandas, os quais têm que analisar, e fazer pesquisas para construir documentos para dar resposta. Chegou por  
167 exemplo a solicitação da Comunidade Hermon de pede ajuda financeira da SEJUF, informam que atendem  
168 população de rua. Para responder, construímos Parecer Técnico, com nossa resposta assinalando positivamente.  
169 Também chegou, enviado pela ALEP, um Projeto de Lei, com a proposição para que a SEJUF instale nos municípios  
170 bebedouros públicos para dar acesso água potável para as pessoas em situação de rua e vulneráveis. Também  
171 construímos Parecer Técnico, assinalando positivamente. **Informes de Membros** - Vanessa comenta que estarão  
172 indo para a frente da Prefeitura de Curitiba, estão levando café da manhã e almoço e demais refeições, como  
173 manifestação para o prefeito ouvir as reivindicações do MNPR Curitiba, ficarão até que alguém venha falar com eles.  
174 Dulce pergunta para o Comitê se alguma instituição ou órgão está programado para fazer algo para o dia 19/08?  
175 Sugere que podem fazer alguma manifestação no site, com o flyer do Comitê, facebook, compartilhar com outros  
176 membros. **8. Encerramento:** Não tendo nada mais a discutir, Sra. Dulce agradece a presença de todos, encerrando a  
177 reunião. Memória transcrita por Amélia Cabral Alessi, e corrigida por Dulce Darolt. Aprovada na Reunião Plenária  
178 do CIAMP Rua/PR, em 10/09/2020.

Casa Rosada

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1251

Fone: (41) 3221-7960 / 3221-7961 – CEP [80050-540](https://www.google.com/maps/place/80050-540) – Curitiba/PR